



O desenhista e ilustrador Amílcar Mendes inaugurou ontem, no espaço Ivandro Cunha Lima, do Senado, a exposição *Da burocracia à galeria*. Trata-se de uma coleção de telas em que predomina inusitada técnica desenvolvida a partir de carimbos usados em repartições públicas. A temática dominante nas telas, algumas elaboradas em óleo ou acrílico sobre madeira, consiste nas impressões do artista sobre Brasília. A exposição poderá ser visitada até a próxima sexta-feira, das 8h às 19h.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.263 – Brasília, quarta-feira, 30 de junho de 2010

Comissão mista pode votar hoje normas para Orçamento de 2011

Relatório de Tião Viana sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias será examinado hoje pela CMO. Previsão é de que seja votado pelo Plenário do Congresso no próximo dia 16, dois dias antes do início do recesso parlamentar

Os parlamentares apresentaram ao relatório da LDO 2.694 emendas, das quais 396 foram acolhidas por Tião Viana. Destas, 190 emendas relacionam-se ao Anexo de Metas e Prioridades, que contém sugestões de obras para os estados de

origem dos parlamentares ou ampliação de metas dos projetos já constantes na lista. As outras 206 emendas tratam do texto principal do projeto de lei encaminhado pelo Executivo. Tião Viana apresentou ainda voto pela aprovação parcial de 1.057 emen-

das (362 ao texto principal e 695 ao Anexo de Metas e Prioridades), pela rejeição de 1.229 emendas e pela inadmissibilidade de outras 12 proposições. Além destas, foram apresentadas 334 emendas de relator para compor o Anexo de Metas e Prioridades. 5

Debatedores defendem 60 dias de férias para juízes 3

Controle externo para tribunais de contas 4

Senadores questionam provedores de internet

A possibilidade de haver tecnologia capaz de rastrear as preferências dos usuários levou o senador Eduardo Suplicy a propor debate com a participação de representantes de provedores e de especialistas do governo e da Unesco. 8



Tiago Ramazzini (E), Laura Mendes, Eduardo Suplicy e Caio Túlio Costa: compromisso é o de garantir privacidade

Fica para hoje votação de nova regra para aplicar verbas do PAC 2

Projeto beneficia vítimas de enchentes

Projeto de Raimundo Colombo que autoriza o governo a instituir programa de revitalização das áreas atingidas pelas enchentes de 2008 e 2009 teve parecer favorável lido na CAE. 7



Na audiência pública, Fabrizio Pierdomenico (E), senador Valter Pereira e Giovanni Cavalcanti Paiva (Antaq)

Leis sobre portos dividem governo e empresários

Em audiência pública no Senado, empresários afirmam que duas normas recentes inibem investimentos. Já o governo insiste que legislação é necessária e ordena aplicações. 6



Serys Silhessarenko preside sessão do Congresso Nacional no Plenário da Câmara: líderes tentam chegar a consenso

Sem acordo, mudança de regra do PAC fica para hoje

Congresso volta a examinar esta noite autorização para que o governo possa remanejar 30%, em vez dos atuais 25%, das verbas do Programa de Aceleração do Crescimento

SEM ACORDO PARTIDÁRIO, foi adiada para as 20h30 de hoje a votação do projeto de lei do Congresso (PLN 03/10) que autoriza o governo a remanejar até 30% das verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) previstas no Orçamento de 2010. As oposições concordam em remanejar até 25% de cada projeto do PAC, exigindo, no entanto, que o governo informe detalhadamente ao Congresso que obras sairão ganhando e quais perderão recursos.

Na sessão do Congresso Nacional de ontem, o governo tentou votar o projeto, mas não havia parlamentares da base governista, no Senado e na Câmara, para bancar o pedido de verificação

de quórum que o líder do PSDB na Câmara, Antonio Carlos Pannunzio (SP) ameaçou fazer. Com isso, a senadora Serys Silhessarenko (PT-MT), que presidia a sessão, decidiu adiar a votação da iniciativa, relatada pelo deputado Carlos Abicalil (PT-MT).

A determinação para que o governo só faça remanejamentos de até 25% em cada projeto consta da lei orçamentária de 2010. Caso consiga aprovar a mudança, o Ministério do

Planejamento poderá cancelar integralmente as verbas de um projeto do PAC que esteja, por exemplo, com atraso em sua execução, direcionando os recursos para um projeto que vem tendo prazos cumpridos

normalmente.

“Esse instrumento permite uma alocação mais eficiente e de qualidade dos escassos recursos orçamentários”, diz o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, João Bernardo Bringel, que assinou a exposição de motivos enviada ao Congresso. A matéria altera o inciso 18 do artigo 4º da Lei 12.214/10, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

O Orçamento deste ano autoriza despesa total de R\$ 30,3 bilhões para projetos do PAC, incluindo créditos adicionais. As despesas são destinadas a obras em rodovias, ferrovias e portos, bem como a projetos para geração de energia elétrica, entre outros. Até o momento, foram autorizados gastos de R\$ 14 bilhões para o programa.

Proposta permite retirada de verba de obra atrasada para aplicação em outra que esteja dentro do prazo

Senadores discutem mudança na regra de cobrança do ICMS

Proposta que permite que o estado de origem cobre imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações que destinem a outros estados petróleo, lubrificantes, combustíveis e energia elétrica será discutida hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta é do senador Paulo Duque (PMDB-RJ) e o debate foi requerido pelos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Foram convidados a debater o tema o presidente em exercício do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Nelson Machado; o presidente da Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe/ICMS), André de Paiva Filho; o secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do estado do Rio de Janeiro, Julio Cesar Bueno; o advogado tributarista e ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel; e o economista José Roberto Afonso. Participam também os secretários da Fazenda da Bahia, Carlos Martins, e de São



Paulo Duque propôs discussão sobre mudança na legislação tributária

Paulo, Mauro Ricardo Costa.

Ainda hoje, a comissão vai ouvir o secretário da Receita Federal, Otacilio Dantas Cartaxo, conforme requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Cartaxo vai falar sobre suposto vazamento de informações fiscais do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge.

O convidado também explicará denúncias de vazamento de informações sobre processos que a Receita Federal move contra empresa de Guilherme Leal, candidato à vice-presidência da República na chapa de Marina Silva (PV-AC).

Presidente da Síria visita o Brasil

O Presidente da República Árabe da Síria, Bashar al-Assad, visitará o Brasil a partir de hoje até sexta-feira. Hoje, ele estará durante todo o dia em Brasília, e às 15h, será recebido pelo presidente do Senado, José Sarney, em cerimônia no Salão Nobre. O estadista também cumprirá agenda em São Paulo, onde terá contato com a comunidade síria.

Conforme informações do Ministério das Relações Exteriores, essa é a primeira visita de um presidente sírio ao Brasil e coincide com a comemoração dos 130 anos da imigração árabe ao país.

Durante a visita de Bashar al-Assad, deverão ser assinados acordos de cooperação jurídica em matéria penal e acordo de transferência de pessoas condenadas, assim como programa executivo de cooperação educacional e memorando de entendimento na área de saúde.

CDH vota acesso de deficientes visuais a livros na internet

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) examina hoje pauta com 31 itens, entre eles projeto de lei do Senado (PLS 111/08) determinando que o poder público mantenha portal na internet onde serão colocados à disposição dos cidadãos com deficiência visual o conteúdo dos livros nele especificados. A proposta, do senador Flávio Arns (PSDB-PR), que altera a Lei 10.098/00, já foi aprovada pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Educação, Esporte e Cultura (CE) e tem voto favorável do relator na CDH – onde tramita em decisão terminativa –, senador Cícero Lucena (PSDB-PB).

Os livros especificados são os adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático; pelo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio; pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola; pelo Plano Nacional do Livro e Leitura; e outros programas criados com propósitos semelhantes.

Os livros devem estar disponíveis no portal em arquivos digitais que possibilitem sua

conversão em áudio, mediante utilização de sintetizador de voz, ou sejam impressos no sistema braile. Esses arquivos serão colocados à disposição de bibliotecas públicas, de entidades de educação de pessoas com deficiência visual e dessas próprias pessoas, diretamente.

Outra matéria na pauta é o projeto de lei da Câmara (PLC 116/09) que prevê o fim da exigência, pelos cartórios, da presença de tutor no atendimento à pessoa com deficiência visual. Esse atendimento passará a ser feito apenas mediante a apresentação da identidade do interessado e a assinatura dele, além da presença de duas testemunhas qualificadas.

A proposta, do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), tem parecer favorável do relator, Flávio Arns. O senador lembra que há 2,5 milhões de pessoas com sérias deficiências visuais no Brasil e que o projeto é coerente com o princípio da igualdade, colaborando para a eliminação de preconceitos. Se aprovada, a proposta segue para votação em Plenário.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Divórcio mais fácil

14h A sessão é deliberativa. Na pauta, a PEC 28/09, que suprime o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano, ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos, para efetivação do divórcio.

CCJ Mudança no ICMS

9h Audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para debater proposta de emenda à Constituição que permite que o estado de origem cobre ICMS nas operações que destinem a outros estados petróleo, lubrificantes e combustíveis, além de energia elétrica. Foram convidados Nelson Machado, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); e André Barreto de Paiva Filho, presidente da Comissão Técnica Permanente do ICMS, entre outros.

CDH Treinamento de cão-guia

10h Projeto que autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual está na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A matéria será analisada em caráter terminativo, assim como a que implementa política integrada de informações sobre crianças desaparecidas.

Pedofilia Assassinatos em Luziânia

14h30 A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia ouve o juiz Luís Carlos de Miranda, da 1ª Vara Cível de Samambaia (DF), que concedeu liberdade ao pedreiro Adimar Jesus da Silva, que depois confessou ter assassinado seis jovens em Luziânia (GO).

MST Quebra de sigilo

14h A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST analisa requerimentos. O primeiro em pauta requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural (Inocar).

CMMC Eleição da Mesa

15h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas se reúne para eleição do presidente, do vice-presidente e do relator do colegiado.

Presidência Delegação síria

11h30 O presidente José Sarney participa de assinatura de protocolo de intenções com o Ministério de Minas e Energia. Às 15h, recebe o presidente da Síria, Bashar al-Assad. Às 16h, preside a ordem do dia. Às 18h30, recebe o presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Jornada extenuante, que não raro se prolonga pelos fins de semana, é o argumento central de debatedores em defesa de proposta em exame na CCJ

Juízes e membros do MP defendem férias de 60 dias

SEM CARGA HORÁRIA definida em lei, o trabalho de juízes e integrantes do Ministério Público é desenvolvido em jornadas extenuantes que não raro se prolongam pela vida doméstica, fins de semana e feriados. Com esse argumento central, representantes das duas categorias defenderam ontem, em audiência pública, a aprovação de proposta de emenda à Constituição que garante, para magistrados e membros do MP, férias de 60 dias: o habitual período individual de 30 dias e o restabelecimento das férias coletivas de igual duração extinta pela reforma do Judiciário, em 2004.

Os defensores públicos também se alinharam em defesa da proposta (PEC 48/09), que pode vir a beneficiar também esse grupo, caso prevaleça emenda que o relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), incorporou ao texto original, iniciativa do senador Valter Pereira (PMDB-MS). Outra manifestação favorável partiu do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante. Segundo ele, o retorno das férias coletivas, ao suspender a tramitação dos processos, garantirá aos advogados a possibilidade de também desfrutarem de férias sem o risco de perder prazos judiciais.

– A proposta merece nosso aval no sentido de que também resgata o direito

da advocacia de ter seu tempo de férias e descanso respeitado.

A proposta original sugeria que o período de férias coletivas seria de 2 a 31 de janeiro, sendo proibida a conversão em abono pecuniário. No entanto, depois de questionamentos anteriores na CCJ, Antônio Carlos Valadares acabou optando pelo intervalo de 20 de dezembro a 20 de janeiro, incorporando o tradicional recesso forense entre o Natal e o Ano Novo. Do contrário, o período de férias seria mais extenso.

Os participantes da audiência rejeitaram a interpretação de que o restabelecimento das férias coletivas seria um privilégio. Para o presidente da Associação Nacional do Ministério Público (Conamp), César Bechara Mattar Júnior, essa medida está “arraigada na tradição”, sendo condizente com as características específicas das carreiras jurídicas. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Antonio Carlos Bigonha, aproveitou para citar países que também adotam férias prolongadas para juízes e promotores.

– É bom que fique claro que o tratamento dado ao tema no ordenamento jurídico brasileiro não é discrepante de países que podem ser tomados como paradigma – afirmou.

Debatedores destacam “pesadas responsabilidades e demandas”

No debate promovido pela Comissão de Constituição e Justiça, os participantes também destacaram que as carreiras jurídicas envolvem pesadas responsabilidades e demandas. Conforme o diretor administrativo da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Ivo Hohn Júnior, o magistrado não se desliga do trabalho ao deixar o foro. “Cada processo sensível e delicado nos acompanha à nossa casa, quando tentamos pegar no sono, ou quando saímos de férias”, observou.

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luciano Athayde Chaves, afirmou que os integrantes das carreiras jurídicas já não são “os melhores salários da Justiça”, podendo perder mais prestígio e atratividade se consideradas ainda as condições de trabalho e as exigências crescentes quanto a desempenho e produtividade.

Na mesma linha, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Airton Mozart Valadares Pires, criticou a tendência de se nivelar as categorias do campo do jurídico ao padrão burocrático geral, para ele o caminho para o “caos final”.

Na coordenação da audiência pública, Valter Pereira (PMDB-MS) classificou como equívoco as interpretações que teriam sido dadas inicialmente à PEC de sua autoria, apontada como um meio de estabelecimento de “privilégio para a magistratura”.

Segundo o senador, a sua iniciativa foi motivada pelo propósito de oferecer à categoria dos advogados, formada na maioria por profissionais autônomos, a possibilidade de contar com um período anual de férias.

Participaram ainda da audiência o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e André Luis Machado de Castro, presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep).



José Cruz

Na audiência pública da CCJ, Ivo Hohn Júnior, André Luis, Luciano Athayde Chaves, Ophir Cavalcante, senador Valter Pereira, Antonio Carlos Bigonha, Airton Mozart Valadares Pires e César Bechara Mattar Júnior

Heráclito propõe instituição do defensivo agrícola genérico

Heráclito Fortes (DEM-PI) comunicou ontem a apresentação de projeto de lei que institui o defensivo agrícola genérico. Ele argumenta que a introdução dos medicamentos genéricos de uso humano possibilitou que os consumidores adquirissem medicamentos com o mesmo princípio ativo dos medicamentos de marca por um preço bem mais acessível.

O senador lembrou que há projetos de lei instituindo o medicamento genérico de uso veterinário. A introdução do agrotóxico genérico, na sua opinião, incentivaria a concorrência entre os fabricantes, com o barateamento do produto e o consequente repasse da diminuição dos custos para o preço dos alimentos.

A proposta, continuou, irá incentivar a indústria nacional de defensivos agrícolas, propiciando às empresas nacionais melhores condições para competir com as grandes multinacionais do setor.

Heráclito informou que o projeto prevê a obrigatoriedade de adoção da nomenclatura do princípio ativo no receituário agrônomo. A proposta estabelece



Heráclito informa que concorrerá à reeleição para o Senado pela coligação DEM/PSDB/PPS/PSC

ainda que, nas compras efetuadas pelo poder público, o defensivo agrícola genérico terá preferência sobre os demais, em condições de igualdade de preço.

O senador comunicou a coligação de seu partido com o PSDB, o PPS e o PSC no Piauí. Convenção realizada em Teresina consagrou a candidatura do ex-prefeito de Teresina Sílvio Mendes a governador. Para o Senado, Heráclito e Mão Santa (PSC-PI) concorrem à reeleição. Ele informou que seus suplentes serão o empresário Valter Alencar e Marcos Elvas, ex-prefeito de Bom Jesus do Gurgueira (PI) e ex-secretário do prefeito Sílvio Mendes.

Mão Santa diz que Lula errou “ao tirar candidata do bolso”

O senador Mão Santa (PSC-PI) provocou debate no Plenário, ontem, ao afirmar que o presidente Lula “errou ao tirar a candidata do bolso” [Dilma Rousseff], “impondo” seu nome ao PT. Para ele, agindo assim o presidente “não contribuiu para aperfeiçoar a democracia”.

Edison Lobão (PMDB-MA) contestou Mão Santa, sustentando que cabia ao presidente, “com uma popularidade de 80%”, escolher seu candidato e apresentar o nome ao PT. Lembrou que, após a indicação de Lula, o PT não apresentou outro nome. Para Lobão, “a escolha foi legítima” e Dilma Rousseff é “da mais alta competência e responsabilidade”.

Durante a discussão, Mão Santa afirmou, como já fizera em discursos anteriores, que o presidente Lula não defendeu uma mudança na Constituição para se candidatar a um terceiro mandato “por saber que, no Senado, a emenda não passava”.

Novamente foi contestado por Lobão, que sustentou que Lula nunca manifes-



Mão Santa voltou a dizer que Lula não tentou reeleição porque Senado não teria aprovado

tou interesse em terceiro mandato mas, “se quisesse, ele teria”. O presidente “resistiu ao terceiro mandato”, disse. Mão Santa insistiu na sua opinião de que o presidente não tentou mudar a Constituição “porque a mudança não passaria no Senado”.

O senador informou ainda que, no Piauí, PSDB, DEM, PSC e PPS realizaram convenção no final de semana, confirmando uma coligação para disputar as eleições no estado. O candidato a governador será Sílvio Mendes (PSDB), ex-prefeito de Teresina, enquanto disputarão o Senado os atuais senadores Heráclito Fortes (DEM) e Mão Santa.

Criação de conselho nacional similar ao CNJ e ao CNMP consta de proposta de emenda constitucional e é vista como fonte de maior transparência

Controle sobre tribunais de contas recebe apoio

DIVERGÊNCIAS PONTUAIS À parte, representantes de instituições envolvidas com o controle externo no setor público apoiaram a proposta de emenda à Constituição (PEC 30/07) que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC). O debate sobre a criação de um organismo de controle administrativo, financeiro e disciplinar dos tribunais de contas, com atuação semelhante aos conselhos nacionais de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP), foi realizado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O presidente da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (FENASTC), Marcelo Henrique Pereira, vê o conselho como "o primeiro passo para a transparência real dos tribunais de contas do país". Ao mesmo tempo em que criticou a "ingerência" de conselheiros desses órgãos no sentido de postergar atividades de auditoria, reivindicou mudanças no processo de investidura dos membros desses tribunais, ainda norteados pelo critério político-partidário.

Marcelo Henrique Pereira também aproveitou para reclamar da falta de uniformidade nos procedimentos dos tribunais de contas. A saída para o problema, conforme sugeriu, é a aprovação de uma lei orgânica nacional unificando as normas de controle externo. Esse entendimento foi compartilhado pela assessora da União dos Auditores Federais de Controle Externo (Auditar) Lucieni Pereira, que defendeu ainda outros instrumentos para elevar o grau de transparência dos tribunais de contas.

Na avaliação da assessora, esse aperfeiçoamento passa pelo disciplinamento do concurso público para cargos efe-



Marcelo Pereira (E), Edimilson de Oliveira, senador César Borges e Lucieni Pereira debateram proposta que tramita na Comissão de Constituição e Justiça

tivos das cortes de contas e pela garantia de inamovibilidade para servidores que exerçam função típica de controle externo. Lucieni Pereira discordou ainda de mudanças feitas na proposta pelo relator, senador

Romero Jucá (PMDB-RR), como a definição de 17 membros para o conselho (ela defende a redução para 13 membros) e a participação de um representante da federação – ela argumenta que nem todos os

servidores da área são filiados à entidade.

Em resposta à crítica, o presidente da FENASTC informou que a entidade congrega 30 associações de servidores e marca presença em todos os tribunais

de contas do país. Os debatedores também concordaram em algumas críticas à PEC 30/07, de iniciativa do senador Renato Casagrande (PSB-ES). Lucieni Pereira e Edimilson de Oliveira, representante do presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar, condenaram a decisão do relator de incluir no conselho representantes dos conselhos federais de Contabilidade; Engenharia e Arquitetura; Economia; e Administração.

– Não consideramos relevante a inclusão dessas entidades, primeiro porque elas estão subordinadas à fiscalização do TCU, e, segundo, porque os membros dos tribunais já detêm conhecimento nas áreas de fiscalização administrativa, orçamentária e financeira – declarou Edimilson de Oliveira.

Quanto à atuação do conselho, o assessor da Presidência do TCU considerou que deve ficar restrita a atos de caráter administrativo. As decisões vinculadas a atividades de controle externo devem continuar submetidas à alçada do Poder Judiciário, acrescentou.

Relator propõe nova composição para conselho

A CCJ já está pronta para votar a proposta de emenda à Constituição (PEC 30/07) que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. De iniciativa do senador Renato Casagrande (PSB-ES), a proposta recomenda a criação de um órgão superior de controle administrativo, financeiro e disciplinar para esses tribunais semelhante aos já implantados nas áreas da Justiça e do Ministério Público – os conselhos nacionais de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP).

Pela proposta, o novo conselho deverá ser constituído por 15 membros, com mandato

de dois anos, admitida uma recondução. No entanto, o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou emenda que acrescenta mais um integrante e altera a composição para garantir que os conselhos federais de Contabilidade (CFC), de Economia (Cofecon) e de Engenharia e Arquitetura (Crea) tenham representação no organismo, assim como a Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil.

Para acomodar esses novos integrantes, Jucá reduz para apenas um nome a previsão de integrantes originários dos tribunais de contas dos estados (nesse caso, Renato

Casagrande previa três), do Ministério Público da União junto ao TCU (eram dois) e dos ministérios públicos junto aos tribunais municipais (também eram dois). As propostas do autor e do relator concordam, entre outros pontos, no que se refere à participação de dois cidadãos com idoneidade moral, reputação ilibada e notórios conhecimentos, um deles indicado pelo Senado Federal e o outro pela Câmara dos Deputados. Concordam ainda quanto aos assentos reservados ao TCU (dois); aos tribunais de contas dos municípios (um); e ao Ministério Público junto aos tribunais municipais (também um).

Entidades pedem rejeição a projeto que cria penhora administrativa

A rejeição ao projeto de lei do Senado que institui a penhora administrativa foi defendida ontem, em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça, por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

O projeto (PLS 10/05), em tramitação na CCJ, autoriza a administração pública, por meio das procuradorias fazendárias, a notificar diretamente o devedor e, se a dívida permanecer sem pagamento, a realizar a penhora de bens. Pelo texto, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), os atos de notificação inicial e penhora passam a ser medidas administrativas e não mais judiciais.

Na avaliação do conselheiro



No debate na Comissão de Justiça, Luís Claudio, senador Antonio Carlos Júnior, Arnaldo Sampaio e Gustavo Amaral

federal da OAB Luiz Cláudio Silva Allemand, a proposta retira a garantia fundamental dos contribuintes de recorrerem ao Judiciário para buscar resolver seus litígios com o poder público. Para ele, a justificativa principal do projeto, de que a mudança na legislação é ne-

cessária devido à ineficiência do Judiciário, não pode ser aceita, uma vez que os cidadãos também são prejudicados pelo mesmo defeito daquele poder.

Gustavo Amaral, advogado da CNI, considerou a proposição inoportuna, por pretender discutir a questão da penho-

ra administrativa de forma separada do problema da execução fiscal. A seu ver, o projeto, ao permitir o bloqueio de recursos financeiros, poderá levar ao aumento de gastos públicos, devido ao fato de os valores bloqueados serem contabilizados como receita pelos

governos em todas as esferas.

Sobrecarga

Para o consultor da União Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, o projeto deverá permitir uma administração pública mais eficaz e eficiente, com custos muito menores. Para ele, a proposta também poderá "aliviar o Judiciário de uma sobrecarga de trabalho para a qual não tem vocação".

Presidindo a audiência pública, o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) apontou a ineficiência do sistema tributário brasileiro, que onera mais as classes mais pobres em razão da existência de inúmeros impostos indiretos.

Segundo o parlamentar, o governo deveria dar prioridade a esse problema, em vez de procurar implementar um sistema de penhora administrativa.

Roberto Cavalcanti afirma que Plano Real transformou o Brasil

Às vésperas do 16º aniversário do lançamento do Plano Real, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou ontem que o “Brasil se transformou em outro país” desde então.

De acordo com o senador, dois fatos marcaram o país nas últimas décadas e constarão sempre da história: o fim da ditadura, com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (1988), e o fim “do flagelo da inflação”, que foi debelada com o Plano Real.

Roberto Cavalcanti observou que “as duas conquistas dos brasileiros abriram as portas para que conseguíssemos estar onde estamos”.

– Um dos grandes méritos do governo Lula foi, em primeiro lugar, ter reconhecido a validade e a importância dos princípios que garantiram o sucesso do Plano Real. Em segundo lugar, ter sabido utilizar esse sucesso para aprofundar e enriquecer os ganhos sociais possibilitados pelo plano. Se hoje podemos comemorar a melhora substancial de diversos indicadores sociais, é porque o governo Lula soube dar continuidade aos avanços contra a pobreza já iniciados pela conquista da estabilidade

econômica – afirmou.

O senador opinou que a inflação alta prejudicava principalmente os mais pobres, desorganizava a economia e impedia qualquer tentativa de planejamento das empresas ou do governo.

– É até difícil explicar para os mais jovens o que era aquela experiência, mas o fim da inflação ajudou a tirar milhões da miséria – disse.

Roberto Cavalcanti ponderou, no entanto, que a guerra contra a pobreza e a exclusão ainda não foi vencida, apesar dos ganhos indiscutíveis da estabilidade econômica. É nisso que o país deve investir sempre, acrescentou.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) concordou com a análise de Roberto Cavalcanti sobre a importância histórica do Plano Real. Ele lembrou ter enfrentado problemas junto à esquerda por, em 1994, se manifestar favoravelmente ao Plano Real, apesar de ter afirmado à época que, num primeiro momento, haveria aumento do desemprego. Para o senador, “todas as conquistas dos últimos anos, especialmente no governo Lula, não teriam sido viáveis sem a estabilidade da moeda”.

Cristovam pede apoio a proposta de direito social

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu ontem apoio à proposta de emenda constitucional que visa inserir texto segundo o qual os direitos sociais “são essenciais à busca da felicidade”. Ele disse que 15 das 27 assinaturas necessárias já foram recolhidas.

Pelo texto vigente, são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. A proposta acrescenta a frase “essenciais à busca da felicidade”, antes da enumeração do rol dos direitos definidos no artigo 6º da Carta.

A proposta – uma iniciativa de intelectuais, artistas e publicitários – tem o apoio do senador porque a busca pela felicidade só é possível se os direitos essenciais estiverem garantidos. Na avaliação de Cristovam, uma pessoa é mais facilmente convencida a buscar educação, por exemplo, se compreender que ela é condição à felicidade de seus filhos.

– É apenas colocar três palavras: que os direitos sociais, esses que estão aí, são essenciais à busca da felicidade, não à felicidade em si. É trazer a palavra felicidade para dentro da Constituição, mas não de uma maneira, como ridicularizaram, como direito à felicidade. Não existe isso; quem vai propor direito à felicidade? Mas o direito de considerar como essenciais à



Cristovam: direitos sociais são essenciais à busca da felicidade

busca da felicidade a educação, a saúde, a educação, a assistência aos desamparados e tudo o que já está aqui, ressaltou.

Cristovam afirmou ainda que a “maior obra realizada” pelo presidente Lula foi “o próprio Lula”. A figura dele, disse, como líder que vem das camadas mais baixas e chega à Presidência da República já é uma grande obra. Na avaliação do senador, o comportamento de Lula não foi inferior ao de presidentes anteriores.

– Não há dúvida nenhuma que ele se comportou com a dignidade, a competência e a seriedade que se deseja de alguém que representa o Brasil. Responsável na economia, generoso no social, aglutinador da população na política e fazendo uma política externa que deixou o Brasil, hoje, como disse a revista *The Economist* desta semana, com mais embaixadas no exterior que a própria Inglaterra – disse Cristovam.

Projeto que dispõe sobre as regras para elaboração e execução da proposta orçamentária anual deverá ser votado pelo Congresso Nacional no próximo dia 16



Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Tião Viana (2º à dir.) acolheu 396 emendas apresentadas pelos parlamentares

Comissão de Orçamento vota hoje relatório da LDO

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) abriu na tarde de ontem o prazo para apresentação de destaques ao relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011. De autoria do senador Tião Viana (PT-AC), o relatório deverá ser votado hoje pela CMO. A matéria deverá ser votada pelo Plenário do Congresso Nacional no próximo dia 16, dois dias antes do início do recesso das atividades legislativas, que serão retomadas em 2 de agosto.

Embora não tenha havido acordo para a discussão da matéria, o presidente da CMO, deputado Waldemir Moka (PMDB-MS), definiu que os destaques poderão ser apresentados até o momento das votações futuras do relatório, que dispõe sobre as regras para a elaboração e execução da proposta orçamentária anual.

Ao relatório da LDO 2011 foram apresentadas 2.694 emendas, das quais 396 foram acolhidas por Tião Viana. Destas, 190

emendas estão relacionadas ao Anexo de Metas e Prioridades, que contém sugestões de obras para os estados de origem dos parlamentares ou ampliação de metas dos projetos já constantes na lista. As demais emendas (206) tratam do texto principal do projeto de lei encaminhado pelo Executivo.

Tião Viana apresentou ainda voto pela aprovação parcial de 1.057 emendas (362 ao texto principal e 695 ao Anexo de

Metas e Prioridades), pela rejeição de 1.229 emendas e pela inadmissibilidade de outras 12 proposições. Além destas, foram apresentadas 334 emendas de relator para compor o Anexo de Metas e Prioridades. Essas emendas têm como base a lista de obras da segunda versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), encaminhada à CMO depois que o projeto da LDO já tramitava no colegiado.

Aprovados créditos suplementares

Na mesma reunião da CMO, também foram aprovados os relatórios a quatro projetos de abertura de crédito orçamentário para reforço de dotações constantes da lei orçamentária em vigor. Os projetos serão encaminhados à votação do Congresso.

Foram aprovados o PLN 8/10, que altera dispositivo da Lei 12.214/10, que estima a receita e fixa a despesa da

União para o exercício financeiro deste ano; o PLN 9/10, que abre crédito suplementar no valor de R\$ 285,7 milhões em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o PLN 10/10, que abre crédito suplementar de R\$ 505 milhões em favor do Ministério da Justiça; e o PLN 15/10, que abre crédito especial no valor de R\$ 600 mil em favor do Ministério da Saúde.

Déficit no resultado primário na pauta de debate com Meirelles

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, fará na próxima terça-feira, para senadores e deputados, uma avaliação das políticas monetária, creditícia e cambial do país. A reunião foi anunciada ontem pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

A audiência conjunta é particularmente importante diante da notícia dada ontem pelo Ministério da Fazenda: o resultado primário do governo central (Banco Central, Tesouro Nacional e Previdência Social) foi deficitário em R\$ 509,7 milhões em maio. Trata-se do pior resultado para o mês desde 1999, quando foi registrado um déficit de R\$ 650 milhões.

O resultado primário é a

diferença entre o que o país arrecada e o que gasta, da qual é tirado um percentual para honrar compromissos financeiros do país, inclusive o pagamento de juros da dívida pública.

Em maio, o Tesouro Nacional registrou superávit de R\$ 2,1 bilhões, enquanto a Previdência Social e o Banco Central registraram déficits de R\$ 2,6 bilhões e R\$ 39,3 milhões, respectivamente. Em maio do ano passado, o governo central também registrou resultado negativo, de R\$ 366,9 milhões.

No acumulado do ano, o resultado passou para R\$ 24,209 bilhões, acima dos R\$ 19,157 bilhões de igual período do ano passado.

O encontro, previsto para ocorrer na Câmara, deve ter a participação dos senadores da



Presidente do Banco Central vai falar em comissões sobre política financeira

CAE e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Pela Câmara, devem participar os integrantes das comissões de Finanças e Tributação (CFT), de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC). Os integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) também deverão participar.



José Cruz

Para Kátia Abreu, decreto representa estatização dos portos nacionais



José Cruz

Presidente da CRA, Valter Pereira (2º à esq.) observa exposição do subsecretário de Planejamento Portuário, Fabrizio Pierdomenico

ZPE abre novo futuro para o Acre, diz Tião Viana

O Conselho das Zonas de Processamento de Exportação aprovou na segunda-feira a criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) nos municípios de Senador Guiomard (AC) e Aracruz (ES). O senador Tião Viana (PT-AC) disse que a decisão abre um novo horizonte para a economia da Amazônia, principalmente para o Acre.

– A ZPE permitirá que possamos entrar na era da incorporação da tecnologia industrial dentro da nossa região, fortalecendo o acesso à mão de obra com qualidade, melhores salários para a juventude e melhores oportunidades de renda para a nossa comunidade. Têm um futuro extraordinário itens oriundos da atividade madeireira, como a madeira manejada com sustentabilidade, as frutas tropicais, os óleos, as essências, os fitoterápicos e a castanha, por exemplo.

Além de destacar o trabalho do governador do Acre, Binho Marques, na aprovação da ZPE, Tião Viana registrou que o presidente Lula foi incentivador da criação de ZPEs como alternativa para o Brasil. Ele também lembrou que José Sarney, quando presidente da República, assinou a primeira lei das ZPEs no Brasil: o Decreto-lei 2.452/88.

O senador acrescentou que o Acre também será protagonista da nova geografia sul-americana, quando estiver concluída a rodovia bioceânica que integrará os oceanos Atlântico e Pacífico, ligando o Brasil ao Peru. A opção pela nova rota, em vez do Canal do Panamá, permitirá uma redução em 12 dias no transporte marítimo para o mercado asiático.

Debate reacende polêmica sobre novas regras do setor portuário

Em audiência pública, representantes do setor alegam que legislação recente inibe investimentos privados, enquanto representante do governo argumenta que normas atuais são necessárias e ordenam aplicações

DUAS NORMAS RECENTES sobre o setor portuário vêm gerando polêmica quanto aos impactos sobre os investimentos privados na área: o Decreto 6.620/08 e a Resolução 1.401/09 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Para representantes do setor, tal legislação inibe os investimentos privados; para o governo, ela é necessária e ordena essas aplicações.

A controvérsia se repetiu ontem, durante audiência pública realizada no Senado com a presença de integrantes do governo federal e do setor privado. O debate foi solicitado por Kátia Abreu (DEM-TO), que é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e está entre os críticos das novas regras. Para a senadora, o decreto em questão representa

“a estatização dos portos nacionais, em detrimento do setor privado”.

Restrição

Uma das medidas mais polêmicas é a que restringe a movimentação da carga de terceiros nos terminais portuários de uso privativo – antes das novas normas, esses terminais podiam movimentar com mais liberdade tanto as cargas próprias quanto as demais.

Com a regulamentação, os terminais de uso privativo terão de apresentar “movimentação preponderante de carga própria e, em caráter subsidiário e eventual, de terceiros”. Para se dedicar às cargas de terceiros, o setor privado terá de se submeter a licitação para exploração de portos públicos.

Entre os opositores da medida está Wilen Manteli, diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários. Para ele, “se há ociosidade nos terminais privativos, estes devem ter a liberdade para, se quiserem, movimentar cargas de terceiros”. Manteli também disse que, se a restrição for confirmada, “as cargas compostas por itens como minério e soja passarão a congestionar os portos públicos, em detrimento de cargas de maior valor agregado”. Também contrário à restrição, Luiz Antonio Fayet, consultor da CNA, afirmou que “é preciso deixar a iniciativa privada investir onde ela tem interesse, inclusive para resolver o problema do apagão portuário”.

Já o subsecretário de Planejamento e Desenvolvimento

Portuário da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, Fabrizio Pierdomenico, declarou que “não é verdade que o governo não permita esse tipo de investimento privado; permite, sim, e inclusive está chamando [o setor privado]”. Como exemplo, citou um recente chamamento público da secretaria que, segundo ele, convida o setor privado a investir e explorar porto público em Manaus.

Kátia Abreu, por sua vez, afirmou que as duas normas revelam uma “escalada excessiva da estatização dos serviços públicos, a exemplo do que está ocorrendo com a nova legislação sobre o petróleo”. A audiência pública foi promovida pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

Novas leis beneficiam cacauicultor e aposentado, destaca César Borges



Gerardo Viçgela

César Borges agradece ao presidente Lula compromisso com a região

O senador César Borges (PR-BA) destacou ontem a sanção, pelo presidente da República, de duas novas leis originárias de medidas provisórias que foram modificadas pelo Congresso: a MP 472/09 (convertida na Lei 12.249/10) e a MP 475/09 (Lei 12.254/10).

A primeira determinou desconto de 30% aos cacauicultores com dívidas superiores a R\$ 100 mil e estendeu o prazo para pagamento até 30 de novembro para que eles renegociem dívidas com

a União. A segunda concedeu reajuste de 7,7% a aposentados e pensionistas com benefícios superiores ao salário mínimo.

– Após intensas negociações e uma resistência muito grande por parte dos burocratas do Ministério da Fazenda. Mas foi conseguido que a maioria dos dispositivos fosse sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem nós agradecemos o compromisso com a região – disse o senador.

Além do desconto para qui-

tação das dívidas, César Borges alertou para a necessidade de implementar o que já teria sido acordado com o governo, mas não obteve aprovação na Câmara dos Deputados, e conta agora com a boa vontade do Ministério da Fazenda. O chamado PAC do Cacau inclui, de acordo com o senador, a previsão de pagamento das parcelas em atraso do seguro-safra, mantendo o bônus de adimplência e a liberação do pagamento de multas ao agricultor.



Gerardo Viçgela

Tião Viana também destaca rodovia bioceânica entre Brasil e Peru

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata
 Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Romeu Tuma • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
 Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
 Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Projeto de Raimundo Colombo recebe parecer favorável de Cícero Lucena na Comissão de Assuntos Econômicos, onde deverá ser votado em próxima reunião

Projeto beneficia atingidos por enchentes em 2008 e 2009

O SENADOR ROBERTO Cavalcanti (PRB-PB) leu ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), parecer de Cícero Lucena (PSDB-PB) favorável a projeto que autoriza o governo federal a instituir programa de revitalização das áreas atingidas pelas enchentes no país em 2008 e 2009. A proposta é uma das 12 na pauta da CAE que receberam parecer pela aprovação, mas não puderam ser votadas por falta de quórum.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 16/09, de autoria de Raimundo Colombo (DEM-SC), já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, além da CAE, será votado pela Comissão de Desen-

volvimento Regional e Turismo (CDR), em caráter terminativo.

A proposta dá ao governo federal atribuição para definir os projetos a serem beneficiados pelo programa, bem como para viabilizar recursos tributários ou fontes de financiamento para eles. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil (BB) são definidos como financiadores do programa.

Coordenação

Emenda aprovada pela CCJ autoriza a União a celebrar convênios com os governos estaduais e municipais para que trabalhem coordenadamente com as ações do governo fe-

deral no âmbito do programa e desenvolvam políticas sociais complementares.

A proposta obriga os beneficiários do programa a manterem os filhos em idade escolar matriculados em estabelecimento de ensino fundamental e a zelarem adequadamente pela utilização dos recursos a eles transferidos.

O projeto também estabelece que o governo federal mantenha fundo de aval para o financiamento de agricultores e de microfábricas de setores específicos a serem definidos em decreto que regulamente a lei. Os governos federal, estaduais e municipais, conforme a proposta, deverão criar incentivo fiscal para o programa.



Garibaldi Alves (à esquerda, ao lado de Flexa Ribeiro) preside reunião da CAE em que foram lidos pareceres a 12 projetos

Zambiasi cobra reação mundial à tragédia humanitária no Congo

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) chamou ontem a atenção para a guerra entre bandos armados na República Democrática do Congo pelo controle das minas que fornecem matéria-prima para a fabricação de produtos como celulares e laptops. De acordo com o senador, o conflito, que já dura mais de dez anos, atinge sobretudo as mulheres, vítimas de estupro e mutilação genital.

Zambiasi relatou a participação do médico congolês Denis Mukwege no ciclo de palestras Fronteiras do Pensamento, que acontece em Porto Alegre até o final de 2010. Ginecologista, Mukwege recebeu uma série de prêmios internacionais, além de uma indicação ao Nobel da Paz, por sua cruzada pelo fim da violência em seu país.

Em sua palestra, Mukwege, de acordo com Zambiasi, teria explicado que a guerra do Congo não tem fundo religioso ou cultural, mas econômico. O conflito seria mantido pelas multinacionais interessadas no tântalo, no tungstênio e no estanho das minas congolêsas.

O estupro e a mutilação das

mulheres funcionariam como uma estratégia para manter esse mecanismo em funcionamento.

– É uma maneira de destruir o tecido social, de destruir todos os valores, de desorganizar uma sociedade que já não era tão organizada – disse Zambiasi.

A tragédia no Congo deu origem a uma campanha internacional, pela internet, de pressão às empresas que utilizam esses minérios na fabricação de seus eletrônicos. A ameaça é de boicote, como ressaltou o senador. Ele cobrou uma reação efetiva dos governos, da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização das Nações Unidas (ONU) diante “desses grupos de terrorismo econômico que provocam tamanho sofrimento, vergonha e humilhação àquelas comunidades”.

– Há de se perguntar se não seria o caso de a Organização Mundial do Comércio e dos governos reagirem diante de empresas que se utilizam desse material vindo das minas do Congo ou de se fazer um boicote às empresas que fabricam telefones celulares e laptops.



Zambiasi: multinacionais são vistas como responsáveis pela guerra

Segundo o jornal norte-americano *The New York Times*, o conflito do Congo é o mais letal desde o final da 2ª Guerra Mundial, e o leste do país costuma ser descrito como o maior polo mundial de estupros. A guerra causou 5,4 milhões de mortes até abril de 2007, e o total aumenta em 45 mil ao mês, de acordo com um estudo do Comitê Internacional de Resgate. Mais de 2 milhões de congolêsos já buscaram refúgio em outros países.



Senadora quer inclusão de discriminação na Lei da Criminalização do Racismo

Fátima Cleide condena morte de jovem por discriminação sexual

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) lamentou ontem o assassinato de Alexandre Thomé Ivo Rojão, de apenas 14 anos, morto a pauladas no Rio de Janeiro. Há indícios de que o homicídio, ocorrido na segunda-feira da semana passada, tenha sido cometido por um grupo de jovens e motivado pela opção sexual do adolescente.

Fátima disse que o Brasil não pode mais “permitir esta barbárie” e pediu a seus pares a aprovação do projeto de lei da Câmara (PLC 122/06) que inclui na Lei da Criminalização do Racismo a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

– Esse garoto teve muita coragem. Aos 14 anos de idade assumiu a sua orientação sexual e morreu por isso. E a nenhum cidadão deste país é dado o direito de tirar a vida de uma pessoa por conta da sua identidade de gênero ou da sua orientação sexual – afirmou.

A senadora lembrou que já houve avanços no país, como a criação do Dia Nacional de Combate à Homofobia – 17

de maio –, mas relatou que o número de crimes de ódio contra essa comunidade ainda é assustador. De acordo com o Grupo Gay da Bahia, a cada dois dias uma pessoa é assassinada em razão da homofobia, informou a senadora, que é membro da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente e coordenadora da Frente Parlamentar da Cidadania GLBT.

Fátima Cleide ainda citou pesquisa realizada na Universidade de Brasília segundo a qual em 25 livros destinados ao ensino religioso no Brasil são encontrados elementos de discriminação contra religiões não cristãs e preconceito contra a orientação sexual e identidade de gênero.

Segundo ela, alguns desses textos afirmam que ser gay é doença, embora o termo “homossexualismo” tenha sido retirado do catálogo de doenças da Organização Mundial da Saúde há 20 anos. A senadora pediu que o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Direitos Humanos tomem providências urgentes em relação a essas publicações.

Serys: licença-maternidade de 180 dias reduz internações

A licença-maternidade de 180 dias, ao permitir o prolongamento da amamentação dos recém-nascidos, significou um desafio para a área de saúde, de acordo com estudos de especialistas citados ontem por Serys Shessarenko (PT-MT). Segundo a senadora, os gastos com internações desnecessárias e com medicamentos diminuíram desde que o período de amamentação passou de quatro para seis meses.

– Com os bebês mais protegidos pela amamentação, a incidência de doença nos recém-nascidos reduziu-se drasticamente, e as maternidades, hospitais infantis e postos de saúde passaram a funcionar melhor e com menos demanda por atendimento e internações – informou.

Adesão

Serys afirmou que a Sociedade Brasileira de Pediatria espera uma redução de custo ainda mais significativa na saúde pública quando houver mais adesão de empresários à licença-maternidade ampliada – a concessão de 180 dias

para empregadas da iniciativa privada é voluntária, com dedução do Imposto de Renda da despesa referente a dois meses de salário.

Estudo da entidade, citado pela senadora, mostra que a adesão maciça das empresas ajudaria a combater as duas principais doenças que afetam as crianças nos primeiros anos de vida – diarreia e pneumonia.

Projeto

Serys lembrou que a extensão do período da licença maternidade de 120 para 180 dias resultou de projeto (PLS 281/05) de Patrícia Saboya (PDT-CE), apoiado pelo governo, pela Sociedade Brasileira de Pediatria, por especialistas da área e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A luta agora, conforme Serys, é para conceder também às mães adotantes a licença-maternidade de 180 dias. A exclusão delas, na avaliação da senadora, é incompatível com o princípio da igualdade consagrado pela Constituição.

Senadores questionaram representantes de provedores e especialistas do governo sobre uso de programa que detecta preferências dos internautas



Laura Schertel (E), Eduardo Suplicy, Caio Túlio Costa e Carol Conway no debate na Comissão de Constituição e Justiça

Privacidade de internautas preocupa senadores

PROVEDORES DE INTERNET dispõem de sistemas de rastreamento capazes de invadir a privacidade dos usuários da rede? Segundo garantem representantes das empresas Oi, Terra, UOL e Phorm Veiculação de Publicidade, essa possibilidade não existe. No entanto, senadores e especialistas do Ministério da Justiça, do Ministério Público do Consumidor e da Unesco colocam em dúvida a afirmação, alertando sobre modernas ferramentas que, segundo informações divulgadas na imprensa, têm o poder de invadir a privacidade dos internautas.

O assunto foi discutido ontem em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cuja convocação foi motivada por matéria da edição de 5 de junho da revista *Época*, que aponta o risco de provedores de acesso à internet invadirem a privacidade dos usuários. O objetivo do debate foi discutir o uso de programa da empresa inglesa Phorm criado para detectar as preferências de quem navega na rede e enviar publicidade dirigida. Os senadores questionaram os convidados sobre o risco de o programa invadir a privacidade dos usuários, o

que representaria desrespeito à Constituição, que garante a inviolabilidade da intimidade e do sigilo das comunicações.

Segundo a matéria da *Época*, a Phorm iniciou suas operações no Brasil por meio do provedor de internet Velox, serviço da Oi, mas já teria fechado parceria também com os portais Terra e UOL. De acordo com o consultor da Phorm Caio Túlio Costa, a tecnologia da empresa inglesa não armazena dados que possibilitem a identificação do usuário, apenas atribui um número ao internauta, que é identificado pela sua preferência de navegação. Costa disse

ainda que o internauta precisa consentir em participar do programa, ativando uma ferramenta específica de "aceite", na página.

– Temos um compromisso público de proteger a privacidade na rede – garantiu Caio Costa.

O diretor de Desenvolvimento Tecnológico e Estratégico da Oi, Pedro Ripper, ao assinalar que a privacidade é a base de qualquer iniciativa da instituição, garantiu que nenhum dado pessoal do cliente é usado. Mas, para evitar dúvidas sobre o assunto, sugeriu a criação de um grupo para auditar sistematicamente as novas tecnologias de comuni-

cação que estão surgindo.

O diretor de Projetos Globais e Inovações do portal Terra, Tiago Ramazzini, disse que, na parceria firmada com a Phorm, sua empresa não entregou qualquer tipo de dado interno e confidencial de seus clientes.

Já a representante do Portal UOL, Carol Elizabeth Conway, explicou que a empresa, por não ser provedora, apenas recebe a publicidade da Phorm. Para ela, não há necessidade de alterar a legislação brasileira para garantir mais proteção ao consumidor, pois "a Constituição já prevê o respeito à privacidade dos usuários".

Possíveis riscos deverão ser investigados

A coordenadora-geral de Supervisão e Controle do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça, Laura Schertel Mendes, considera que sempre é possível ter uma legislação mais avançada e que proteja a privacidade do consumidor. Devido à relevância do tema e às dúvidas quanto ao programa da Phorm e à parceria com a Oi, Laura Schertel anunciou que o DPDC abriu processo administrativo para investigar os limites de monitoramento da nova ferramenta sobre a navegação na internet.

– Se o indivíduo não puder sequer controlar suas próprias informações, trata-se de um tema de democracia, em última instância – alertou.

O consultor da Unesco e especialista em proteção de dados Danilo Doneda sugeriu uma lei específica de proteção de dados pessoais, para que o Brasil não corra o risco de se tornar "um país digital de segunda categoria". Para o vice-presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor, José Augusto Peres Filho, é preciso saber se o país está "diante de



Jayme Campos (E) e Roberto Cavalcanti alertam que legislação deve ser ágil

uma nova tecnologia revolucionária para o mercado e para seus patrocinadores e usuários ou diante de mais um crime de colarinho branco sob o manto da tecnologia".

Já o superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Dirceu Baraviera, citou trechos da legislação que garantem o sigilo das comunicações.

Para o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), as novidades no campo da comunicação aparecem com "surpreendente velocidade" e nem sempre a Constituição se mostra preparada para defender os cidadãos.

Cabe aos senadores, por isso, estar atentos aos reparos que devem ser feitos, para que a lei esteja cada vez mais voltada aos interesses sociais. Jayme Campos (DEM-MT) observou que a grande preocupação em torno na nova ferramenta da Phorm é que ela seja usada a título de contra-informação, com arrombamento da privacidade do usuário, por meio da utilização de informação que poderá prejudicá-lo.

Os debates foram presididos por Eduardo Suplicy (PT-SP), para quem a audiência foi uma oportunidade de esclarecer pontos duvidosos sobre a nova ferramenta da Phorm.

Serys protesta contra agressão de vereador a repórter em MT

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) protestou da tribuna contra a agressão do vereador de Pontes e Lacerda (MT) Lourivaldo Rodrigues Moraes, o Kirrarinha (DEM), à repórter Márcia Pache, da TV Centro-Oeste, afiliada ao SBT. A violência, conforme a senadora, foi praticada ontem nas dependências do Centro Integrado de Segurança e Cidadania (Cisc) da cidade mato-grossense.

De acordo com Serys, a jornalista caiu e bateu com a cabeça no chão. Em seguida, quando conseguiu levantar, questionou o parlamentar: "Estou trabalhando, vereador. O senhor não tem vergonha pelo que acabou de fazer? É um absurdo".

Serys disse que tudo aconteceu porque a repórter tentou entrevistar o vereador após ele ter prestado depoimento em dois inquéritos policiais: um em que é acusado de ter recebido a aposentadoria de uma pessoa de 74 anos, analfabeta,



Serys: jornalista anunciou que processará o agressor

e de não ter devolvido todo o dinheiro; e outro porque teria incitado a invasão de imóvel em um conjunto habitacional construído com recursos públicos.

As imagens da agressão foram transmitidas pelas duas emissoras de TV daquela cidade. Serys disse que Márcia trabalha há 15 anos com jornalismo no interior de Mato Grosso. Segundo a senadora, a repórter, que ontem faria exame de corpo de delito, anunciou que vai processar o vereador.